

O ENSINO SECUNDÁRIO EM CAMPO GRANDE, SUL DE MATO GROSSO (1917-1972)

Paolla Rolon Rocha¹ Mauro Cunha Júnior²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento do ensino secundário em Campo Grande, antigo Sul de Mato Grosso (1917-1972). Para isso, foi necessário elaborar uma pesquisa documental e bibliográfica. O referencial teórico utilizado é o materialismo histórico dialético, que compreende que a história sempre pode se modificar e para poder entendê-la torna-se necessário compreender a totalidade, que é a sociedade capitalista. Em suma, os resultados indicam dois momentos de expansão do ensino secundário em Campo Grande, entre 1917 a 1961 e de 1963 a 1972. Para o primeiro momento de expansão (1917-1961), foram criadas 6 escolas, três privadas e três públicas. O segundo momento de expansão (1963-1972) foi marcado pela participação do governo municipal no oferecimento desse nível de ensino, com a instalação de nove escolas municipais, além da continuidade do investimento estadual nesse ramo de ensino, com a criação de mais cinco escolas estaduais de ensino secundário. Concluindo, frisa-se que a história do ensino secundário em Campo Grande foi marcada pela atuação da iniciativa privada na oferta desse nível de ensino em detrimento da esfera pública.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Campo Grande. História da Educação.

INTRODUÇÃO

A história do munícipio de Campo Grande inicia-se em 1872, quando José Antônio Pereira conhece o território e descobriu que era fértil, assim sendo, começou a elaboração de uma roça. Em 1973, regressa para Minas Gerais para buscar a família e deixa João Nepomuceno como guardião do local em que tomou posse. José Antônio Pereira retornou em 1975 com sua família e uma expedição de sessenta e duas pessoas, com onze carros de bois, que trouxeram diversas sementes e mudas para criarem roça e fixar moradia. No entanto,

A história oral admite que José Antônio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo, ela aponta, também, a existência de uma comunidade negra, no Cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea a chegada dos primeiros desbravadores descendentes dos portugueses. Entretanto, esta mesma história oral reconhece que José Antônio Pereira, falecido em 1900, influenciou nos primeiros tempos a sistematização da ocupação do povoado. Ele dirigiu e orientou as demarcações das posses, procurando harmonizar os interesses daqueles que pretendiam se fixar no vilarejo. (WEINGÄRTNER, 1995, p. 04-05).

¹ Aluna do curso de doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: paa.rocha@hotmail.com. Bolsista CAPES.

² Aluno do curso de doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: mauro.junior6@hotmail.com. Bolsista CAPES.



Em 1889, pela Lei n. 792, criou-se no munícipio de Nioaque o Distrito da Paz de Campo Grande, tendo sido nomeados seu primeiro juiz de paz, Bernardo Franco Baís e seu primeiro subdelegado de polícia José Antônio Pereira, que teve como suplente Vicente Ferreira da Silva. De acordo com Congro (1919), no ano de 1899, por meio da Resolução n. 225, de 26 de agosto, Campo Grande foi elevada a vila e criado o seu município, que ficou incorporado à comarca de Miranda, por desanexação da comarca de Nioaque, à qual pertencia anteriormente.

Como relata Congro (1919), a grande extensão de terras não ocupadas, somada a sua ótima qualidade para cultura e criação — o que justificaria então o fato da primeira atividade a render lucro para a região ter sido a pecuária —, além do clima ameníssimo, elementos seguros de prosperidade, fizeram a atração de inúmeras pessoas, vindas não apenas de Minas Gerais, como de São Paulo, Rio Grande do Sul e outros cantos do Brasil, além do desenvolvimento de um conjunto de atividades lucrativas, tais como armazéns, casas de jogos e pensões.

Outro elemento que influenciou no desenvolvimento de Campo Grande, foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no ano de 1904, e inaugurada oficialmente, no dia 14 de outubro de 1914, que ligava a cidade de Campo Grande a São Paulo via Bauru. Cabe ressaltar que tal surto de desenvolvimento econômico refletiu no aumento populacional, que saltou de 1.200 habitantes, em 1910, para 3.367, em 1920, uma elevação de 180,6% (UFMS, 2016).

Conforme Barbosa (1964), com o início da construção da estrada de ferro, em seus pontos extremos, novo ânimo acelerou o ritmo da vida local, dessa forma, em 1912, com 1.500 assinaturas, foi solicitado ao governo de Mato Grosso, a elevação da vila em cidade. No entanto, somente em 1918, pela Lei Estadual n. 772, Campo Grande foi elevada à categoria de cidade.

Em vista desse acelerado processo de desenvolvimento, em 1930, a cidade se encontrava com doze mil habitantes, 200 estabelecimentos comerciais e três agências bancárias.

Desde o ano de 1932 o Sul de Mato Grosso queria a separação do estado, quando ocorreu a Revolução Constitucionalista (em que rebeldes paulistas queriam a recuperação do poder perdido na Revolução de 1930), e que foi liderado pelo o Estado de São Paulo, o Sul de Mato Grosso aproveitou a ocasião, para se unir a revolução e assim dividir o estado. Bertoldo Klinger, um dos líderes da Revolução, faz a divisão do Estado, nomeando a parte Sul de Maracaju e Campo Grande como a Capital. Entretanto, os Constitucionalistas saíram derrotados da Revolução, e o então Presidente Getúlio Vargas dissolveu o novo Estado.

Em 1958, a maior parte dos políticos eleitos na Assembleia Legislativa era da região Sul de Mato Grosso, dessa forma, teria avanço para a divisão do Estado, porém, em 1961, o Presidente Jânio Quadros, foi contra a divisão, assim sendo, o movimento perdeu sua força. Apenas na década de 1970, no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), que os defensores



da divisão do estado encontraram espaço político para levar a cabo o projeto que se iniciara ainda na década de 1930. Contudo, de acordo com Cavalcante (2013), isso só aconteceu por causa dos interesses militares em integrar a região Amazônica ao capitalismo.

Dessa forma, a divisão de Mato Grosso aconteceu em 11 de outubro de 1977, pela lei Complementar n. 31, promulgada pelo então presidente do regime militar Ernesto Geisel (1974-1979), criando o estado de Mato Grosso do Sul, com a capital Campo Grande.

Com o avanço do processo de modernização e urbanização de Campo Grande, foram necessárias a criação de escolas de ensino secundário públicas e privadas, visando atender a demanda que se apresentava pela escolarização média. Assim, o objetivo deste texto é analisar o processo de desenvolvimento do ensino secundário em Campo Grande, Sul de Mato Grosso.

METODOLOGIA

Com vistas a atingir o objetivo deste trabalho, já mencionado anteriormente, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) levantamento documental. Nesse sentido, foram coletados e depois examinados um conjunto de documentos, tais como: mensagens presidenciais, legislações e relatórios do ensino secundário; além da consulta e análise de jornais e revistas concernentes ao período de 1920 a 1972, como o jornal *O Estado de Mato Grosso*; *Correio do Estado*, entre outros.
- b) levantamento da literatura já desenvolvida sobre o tema. Nesse caso, mencionam-se as dissertações, teses, livros e outras publicações que focalizam a história da educação, história das instituições escolares, com enfoque no ensino secundário nacional, regional (Mato Grosso) e local (Campo Grande), entre os anos de 1920 a 1972.

A coleta desse material foi realizada mediante a consulta *in loco* e pelos sites do Arquivo Público de Mato Grosso; Assembleia Legislativa – Instituto da Memória de Mato Grosso; Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), Câmara Municipal de Campo Grande; Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APE); Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto e Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado foi o materialismo histórico dialético, que compreende que a história sempre pode se modificar e para poder entendê-la torna-se necessário



compreender a totalidade, que é a sociedade capitalista. Dessa forma, o método permite, de acordo com Rodríguez (2004) captar as coisas em sua singularidade e a dialética oferece a possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade em movimento.

Dessa forma, para que a pesquisa cientifica possa ser plena, não se deve separar o universal (que é a totalidade) com o singular. Como aponta Sanfelice (2009) que para poder captar a singularidade é necessário olhar o universal. "Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa" (SANFELICE, 2009, p. 198). Como foi dito anteriormente, o universal é a sociedade capitalista e o singular é o nosso objeto de estudo, qual seja, a história do desenvolvimento do ensino secundário público e privado em Campo Grande.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados deste trabalho indicam dois momentos de expansão do ensino secundário em Campo Grande, entre 1917 a 1961 e de 1963 a 1972. Para o primeiro momento de expansão (1917 a 1961), os resultados apontam que foram criadas seis escolas de ensino secundário na cidade, sendo três colégios privados e três colégios públicos³. As instituições privadas com fins lucrativos eram: Colégio Dom Bosco (antigo Instituto Pestalozzi); Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o Instituto Osvaldo Cruz. No que concerne às instituições públicas, cita-se: Liceu Campo-Grandense; Escola Normal Joaquim Murtinho e Ginásio Barão do Rio Branco.

Cumpre ressaltar que até a primeira década e meia do século XX não existia ensino secundário na cidade Campo Grande. Somente em 1917, o então prefeito Arlindo de Andrade Gomes, transferiu de Aquidauana para a cidade de Campo Grande, o Instituto Pestalozzi. Dessa forma, o instituto passou denominar Ginásio Pestalozzi, que iniciou a oferta de cursos de ensino secundário, que era mantidos pela subvenção do município. Para isso, existia as bolsas de estudos do ensino primário e secundário, para jovens do sexo masculino, da classe trabalhadora, que não tinham recursos financeiros para fomentar seus estudos.

Mas, qual o motivo do interesse de expandir os estudos ao nível secundário? O interesse era por conta do aumento populacional, assim sendo, era importante preparar a população para atuar nos diversos setores da sociedade capitalista.

³ Cabe frisar que, desses três, dois eram públicos estatais, ou seja, mantidos pelo Estado.



Como salienta Britez (2015) a educação secundária em Campo Grande na década de 1930 foi oferecida pelo Instituto Pestalozzi, inaugurado em 1917, que mudou a nomenclatura para Ginásio Municipal Campo-Grandense, em 1927, após receber recursos financeiros do município e funcionou anexa ao prédio da Escola Normal Municipal de Campo Grande e, no ano de 1930, a Missão Salesiana o adquiriu e a nomeou de Ginásio Municipal Dom Bosco.

No ano de 1926, foi a implantado o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, inaugurado em uma propriedade alugada pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. Algum tempo depois, em 1931, adquiriu uma propriedade própria. Como é explicitado por Pasa (2015), no decorrer de sua história, um de seus grandes orgulhos, em função do alto índice de seletividade do sistema, foi a classificação de excelência pela diretoria do Ensino Secundário.

Em 1927, foi fundado pelo Professor Henrique Corrêa, o Colégio Oswaldo Cruz. Importa ressaltar que no período de 1930 a 1950, este colégio era considerado uma das mais importantes instituições secundárias do município. Além de atender os filhos da classe dirigente campo-grandense, o colégio também atendia aos filhos da classe trabalhadora.

A primeira instituição pública de ensino secundário no município de Campo Grande a ser criada foi o Liceu Campo-Grandense, inaugurado em 1939. Segundo Pessanha (2013), foi uma professora cuiabana, Maria Constança de Barros Machado, com sua notória participação na política, quem liderou uma mobilização junto ao governo estadual para instalação do Liceu Campo-Grandense. Além disso, tendo em vista sua importância para a sociedade, alguns anos depois, mais precisamente em 1954, o Liceu foi instalado em prédio próprio.

Para conseguir frequentar a escola, era necessário que os alunos passassem por um rigoroso exame de admissão⁴. Dessa forma, candidatos de diferentes classes sociais ingressavam no ensino secundário, sem precisar custear pelos estudos.

O ginásio Barão do Rio Branco foi criado em 1949, em Campo Grande, por Oliva Enciso. Conforme sublinham Alves e Assis (2015), a implantação desse ginásio foi uma iniciativa da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, uma sociedade civil sem fins lucrativos, com a origem em Recife, em 1943. No ano de 1969, passa a se chamar Campanha Nacional de Escola da Comunidade e se estende em todo o território Nacional, com prazo de duração ilimitado. Cabe mencionar que o ginásio Barão do Rio Branco oferecia ensino gratuito para jovens da classe trabalhadora que não podiam pagar por sua educação.

⁴ O exame de admissão foi implantado em 1931, com a Reforma Francisco Campos.



Com a finalidade ilustrar o cenário do ensino secundário em Campo Grande, foram coletados por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados relativos à conclusão dos cursos, referente ao ano de 1955. Dessa forma, nota-se na tabela 1 que:

Tabela 1 – Conclusão do Ensino Secundário em Campo Grande (1955)

Sexo	Número de matriculas
Masculino	97
Feminino	277
Total	374

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1958). Tabela elaborada pelos autores.

O maior quantitativo de alunos concluintes do ensino secundário era do sexo feminino (277), o que perfazia o 74,1% do total de alunos que concluíram o ensino secundário (374), em 1955; já os alunos concluintes do sexo masculino (97) equivaliam 25,9% desse montante. Outro elemento importante a ser comentado, é que, se no início, em 1917, o público era em sua maioria masculino, já em 1955 nota-se que essa situação foi modificada, ou seja, as mulheres ganharam espaço para acessar e concluir seus estudos no ensino secundário.

Tal fato mostra que apesar de passos lentos, o número de pessoas que acessaram e concluíram o ensino secundário estava aumentando, embora em um ritmo ainda modesto até os anos 1960. Dessa forma, chega-se ao segundo momento de expansão do ensino secundário na cidade de Campo Grande, de 1963 a 1972, como mencionado no início deste item.

Cabe mencionar que o ensino secundário adquire novos contornos, principalmente pelo fato de o governo municipal começar a investir no oferecimento desse nível de ensino, com a criação do primeiro ginásio municipal, em 1963, o Ginásio Municipal Professor Arlindo Lima. Quatro anos mais tarde foi criado o segundo ginásio, o Ginásio Comercial Bernardo Franco Baís. Em 1971, foram transformados em ginásios cinco escolas municipais, quais sejam: João Napomuceno, Padre José Valentim, Coronel Sebastião Lima, Santos Dumont e Padre José Anchieta. Ainda nesse ano, foi implantado o Ginásio Comercial Dona Neta. No ano de 1972, foi instalada a última instituição de ensino secundário municipal na cidade, pela transformação do Grupo Escolar José Rodrigues Benfica em ginásio municipal de mesmo nome.

Ainda nessa segunda fase de expansão, foram criados o Ginásio Estadual São Francisco, em 1964; o Ginásio Estadual Professor Severino de Queiroz e o Ginásio Comercial 26 de Agosto, em 1968; o Ginásio Estadual José Antônio Pereira, em 1969, funcionando na mesma localidade do Ginásio Estadual São Francisco. Por fim, em 1970 foi criado o Centro Educacional de Ensino Integrado em Campo Grande, que ofertava todos os níveis de ensino, do primário ao curso colegial. Encerrando este item, vale ressaltar que, embora tenha ocorrido



a atuação municipal no oferecimento desse nível de ensino, somada a atuação estadual, o ensino secundário, principalmente o colegial, ainda estava concentrado na iniciativa privada.

Conforme demonstrado ao longo do texto, desde o início da primeira década e meia do século XX, o ensino secundário (ginasial e colegial) foi marcado pela atuação da iniciativa privada. Dessa forma, o município cedeu recursos a estas instituições em troca de bolsas para alunos pobres. Outro fato, mesmo com a criação de escolas públicas, era necessário a realização do exame de admissão, altamente excludente. Assim, tornava-se mais difícil para a classe trabalhadora frequentar o ensino secundário, que passou a ser considerado elitista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como objetivo analisar o desenvolvimento do ensino secundário público e privado em Campo Grande, Sul de Mato Grosso, entre 1917 a 1972, tendo como referencial teórico o materialismo histórico dialético. Tal referencial compreende que a história sempre pode se modificar e para poder entendê-la torna-se necessário compreender a totalidade, que é a sociedade capitalista. Como procedimentos metodológicos adotados, foi realizado o levantamento da literatura sobre o tema em tela, além do levantamento documental em diversos arquivos, tanto em Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul.

Para compreender como se deu o processo de escolarização do ensino secundário na cidade de Campo Grande foi necessário compreender sua história. Como mencionado na introdução, em 26 de agosto de 1899, Campo Grande foi elevada à categoria de vila. Somente em 1918, pela Lei Estadual n.º 772, que ela se transforma em cidade.

Ao longo dos anos, Campo Grande foi se desenvolvendo, e dessa forma, querendo a separação do norte de Mato Grosso. Assim sendo, desde 1932, o lado Sul de Mato Grosso tenta a divisão do Estado, que só foi concretizada no ano de 1977, durante o regime militar.

Com o aumento populacional, era necessário a criação de escolas de ensino secundário, visando atender a demanda por escolarização média. Dessa forma, primeiramente, foram criadas as escolas privadas, porém, tornava-se inviável alunos de classe trabalhadora realizar seus estudos, e o município fomentou a educação privada em troca de bolsas de estudos a alunos do sexo masculino, no início da implantação do ensino secundário, em 1917. Contudo, em 1955, nota-se que o número de meninas que concluíram o ensino secundário era maior que os meninos, mostrando assim o aumento de espaço para o público feminino.

Cabe ressaltar que os resultados desse texto apontaram para dois momentos de expansão do ensino secundário em Campo Grande. Em um primeiro momento, entre 1917 a 1961 foram



criadas seis escolas de ensino secundário, sendo três colégios privados e três colégios públicos. Em relação às instituições privadas, cita-se o Colégio Dom Bosco (antigo Instituto Pestalozzi), Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o Instituto Osvaldo Cruz. No que concerne às instituições públicas, destaca-se o Liceu Campo-Grandense, Escola Normal Joaquim Murtinho e Ginásio Barão do Rio Branco. O segundo momento de expansão abrangeu os anos de 1963 a 1972, e foi marcado pela participação do governo municipal no oferecimento desse nível de ensino, com a instalação de nove escolas municipais, além da continuidade do investimento estadual nesse ramo de ensino, com a criação de mais cinco escolas estaduais de ensino secundário.

Por fim, este trabalho mostrou que o início do ensino secundário foi marcado pela atuação da iniciativa privada na oferta desse nível de ensino. O município financiou essas instituições em troca de bolsas para alunos da classe trabalhadora. E mesmo com a criação de escolas públicas, como o Liceu Campo-Grandense, em 1939, era necessário a realização do exame de admissão, que era excludente, dessa forma, tornava-se mais difícil para a classe trabalhadora frequentar o ensino secundário, que passou a ser considerado elitista.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. H.do V. P.; ALVES, A. F. da. **Memórias do Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso no Século XX.** Campo Grande/MS. Editora Oeste. 2015.

BARBOSA, E. G. **Esboço Histórico e Divagações sobre Campo Grande.** Campo Grande MS: Tipografía "Pindorama", 1964.

BRITEZ, A. E. Memória e História: a educação secundária em Campo Grande sob a ótica de seus agentes sociais (1920-1960). *In*: Jacira Helena do Valle Pereira Assis; Alice Felisberto da Silva (Org.). **Memórias do ensino secundário no sul de Mato Grosso no século XX**. Campo Grande/MS: Editora Oeste, 2015.

CONGRO, R. **O município de Campo Grande:** estado de Mato Grosso. Publicação Official: 1919.

CAVALCANTE, E. História de Mato Grosso. Cuiabá/MT: Carlini e Caniato, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Enciclopédia dos Municípios. Rio de Janeiro: 1958.

PASA, F. R. O. Marcas de distinção nas práticas nas práticas escolares, culturais e sociais da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961). *In*: Jacira Helena do Valle Pereira Assis; Alice Felisberto da Silva (Org.). **Memórias do Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso no século XX**. Campo Grande/ MS: Editora Oeste, 2015.



PESSANHA, E.C. Estudar e lecionar em escolas exemplares: Cruzamento de sentidos. **Revista e-Curriculum**, v. 10, n. 01, p. 216-240, abr. 2013.

RODRÍGUEZ, M. V. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardados de Inutensílios,** Campo Grande, v. 7 p. 17-30, 2004.

SANFELICE, J. L. História e Historiografia de Instituições Escolares. **Revista HISTEDBR** *On-line*, Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/863 9716/7283. Acesso em 20 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Os vazios urbanos na cidade de Campo Grande. Campo Grande: 2016. (Relatório final)

WEINGÄRTNER, A. A. dos S. Campo Grande. Revista ARCA. n. 5. Editora UFMS. 1995.